



Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ: 10.489.487/0001-71

SUMÁRIO

	<u>Páginas</u>
Relatório dos Auditores Independentes	03
Balanço Patrimonial	06
Demonstração do Resultado	07
Demonstração do Resultado Abrangente	08
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	09
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas Explicativas	11

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Administradores do
PRO CRIANÇA CARDÍACA
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do PRÓ CRIANÇA CARDÍACA ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do PRO CRIANÇA CARDÍACA em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Indeferimento do pedido de renovação CEBAS

Chamamos a atenção ao mencionado na nota explicativa nº 15, correspondente ao indeferimento do CEBAS (Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social) da Entidade, referente ao período compreendido entre 28 de janeiro de 2019 a 27 de janeiro de 2022. Através do Despacho nº 138, de 15 de abril de 2021 o Ministério da Saúde negou provimento ao recurso administrativo apresentado pela Entidade. Na avaliação dos advogados da Entidade e em razão da jurisprudência favorável do Supremo Tribunal Federal (STF) e da edição da Lei Complementar (LC) nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que entrou em vigor em 17 de dezembro de 2021, a chance de perda do processo de renovação do CEBAS, quanto eventual discussão que tenha por objeto o direito da Entidade à imunidade das contribuições sociais é classificado como possível. No exercício de 2021 a administração optou por reverter a provisão para contingência que vinha sendo reconhecida desde 2020, sendo que não houve mudança do entendimento e na orientação jurídica por parte dos advogados da Entidade, referente ao tema durante o exercício de 2023. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.



Reapresentação das demonstrações financeiras

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.5, em decorrência de ajustes para correção de erros identificados referente ao exercício anterior, determinados valores correspondentes, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados conforme previsto pela NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e médias empresas – Seção 10 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, examinamos também os referidos ajustes efetuados para alterar as demonstrações financeiras do exercício anterior. Concluimos que tais ajustes são adequados e foram corretamente efetuados.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem fins lucrativos e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

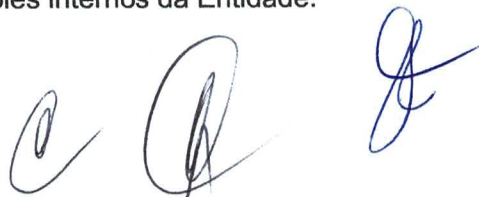
Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.



- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 7 de junho de 2024.

Crowe Macro Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP – 033508/O-1

**DIEGO DEL
MASTRO
MONTEIRO:3
8902980871**

Assinado de forma
digital por DIEGO DEL
MASTRO
MONTEIRO:38902980
871
Dados: 2024.07.03
17:10:46 -03'00'

Diego Del Mastro Monteiro
Contador – CRC-1SP302957/O




PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ: 10.489.487/0001-71

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
EM REAIS**

	NOTA	2023	2022 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	10.610.498	8.154.683
Outros créditos		113.555	227.185
		10.724.053	8.381.868
Não Circulante			
Títulos e valores mobiliários	5	24.602.385	21.942.847
Depósitos Judiciais		251.672	249.046
Propriedade para investimento	6	45.348.993	49.661.305
Imobilizado	7	3.468.597	3.133.644
(-) Depreciação acumulada	7	(1.151.774)	(1.046.559)
		72.519.873	73.940.283
Total do ativo		83.243.926	82.322.151
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores	8	865.017	839.598
Salários e encargos sociais		395.930	358.722
Obrigações tributárias a recolher		61.141	53.332
Outras obrigações		23.856	-
		1.345.944	1.251.652
Não Circulante			
Contingências judiciais	9	46.934	26.985
		46.934	26.985
Patrimônio Social			
Patrimônio Social	10	81.043.514	104.784.619
Superávit (déficit) do exercício		807.534	(23.741.105)
		81.851.048	81.043.514
Total do passivo e patrimônio líquido		83.243.926	82.322.151

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72


SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8

PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ: 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM REAIS

	NOTA	2023	2022 (Reapresentado)
Receita Bruta			
Receita de doação		2.954.829	3.513.921
Doação Pessoa Jurídica		2.214.480	2.164.574
Doação Pessoa Física		655.713	1.040.758
Doações internacionais		84.636	86.870
Doações materiais		-	221.719
Receitas de arrendamento	11	5.083.312	4.802.687
Receita fixa		4.990.642	4.675.403
Receita variável		92.670	127.284
Receita de venda de mercadorias		140.367	83.884
(-) Deduções da receita		(5.069)	(808)
Receita Líquida		8.173.439	8.399.684
(-) Custos dos serviços prestados e atividades	12	(8.165.561)	(8.476.472)
(-) Serviços hospitalares e ambulatoriais gratuitos	12.3	(6.244.481)	(5.743.102)
(-) Custo com atendimentos hospitalares		(1.518.445)	(2.382.918)
(-) Serviços hospitalizados		(366.150)	(300.138)
(-) Materiais e medicamentos		(36.485)	(25.227)
(-) Custo das mercadorias vendidas		-	(25.087)
(=) Déficit Bruto		7.878	(76.788)
(-) Despesas operacionais		(5.288.122)	(4.298.420)
(-) Despesas com pessoal		(2.665.464)	(2.118.856)
(-) Serviços contratados		(1.726.165)	(1.359.782)
(-) Despesas Administrativas		(791.278)	(700.364)
(-) Depreciação e amortização		(105.215)	(119.418)
Outras receitas operacionais		5.284.416	5.535.544
Serviços hospitalares e ambulatoriais gratuitos		4.352.998	4.699.551
Serviços voluntários	13	931.418	803.319
Recuperação de despesas		-	32.674
(=) Superavit antes do resultado financeiro		4.172	1.160.336
Resultado financeiro líquido		3.765.623	3.300.519
(+/-) Outras receitas e despesas	14	(2.962.261)	(28.201.960)
(+/-) Resultado no ajuste a valor justo		(2.707.802)	(27.895.704)
(+/-) Resultado na alienação de imóveis		(234.510)	(347.979)
(+/-) Resultado na reversão de contingências		(19.949)	41.723
(=) Superavit Líquido (Déficit) do exercício		807.534	(23.741.105)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72


SEED ACC Consultoria Contábil e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8

PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ: 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS ABRAGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

EM REAIS

	<u>2023</u>	<u>2022</u> <i>(Reapresentado)</i>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	807.534	(23.741.105)
Outros resultados abrangentes	-	-
(=) RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>807.534</u>	<u>(23.741.105)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72


SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8

PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNP.J.: 10.489.487/0001-71

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO
EM REAIS**

	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	87.652.794	17.130.825	104.783.619
Incorporação do Superávit	17.130.825	(17.130.825)	-
Integralização de capital social	1.000	-	1.000
Apuração do Déficit de 2022	-	(23.741.105)	(23.741.105)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 - REAPRESENTADO	104.784.619	(23.741.105)	81.043.514
Incorporação do Déficit	(23.741.105)	23.741.105	-
Apuração do Superávit de 2023	-	807.534	807.534
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	81.043.514	807.534	81.851.048

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Rosa Célia Pimentel Barbosa
Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68

Paulo César do Rego Monteiro
Paulo César do Rego Monteiro
Diretor-Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72

SEED ACC Consultoria Contábil
SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8

PRO CRIANÇA CARDÍACA
CNPJ: 10.489.487/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO EM REAIS

	2023	2022
		<i>(Reapresentado)</i>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	807.534	(23.741.105)
Depreciação e amortização	105.215	119.417
Contingências judiciais	19.949	(711)
Resultado na alienação de imóveis	234.510	-
Resultado do ajuste a valor justo	2.707.802	27.895.704
	3.875.010	4.273.305
Variação dos ativos e passivos operacionais		
Aumento (redução) dos outros créditos	113.630	(3.732)
Aumento dos depósitos judiciais	(2.626)	(5.146)
Aumento (redução) dos fornecedores	25.419	(538.342)
Redução dos salários e encargos sociais	37.208	133.191
Redução (aumento) das obrigações tributárias a recolher	7.809	8.884
Redução (aumento) das outras obrigações	23.856	-
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	4.080.306	3.868.160
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de títulos e valores mobiliários	(2.659.538)	(2.378.789)
Venda de investimentos, imobilizado e intangível	1.370.000	-
Aquisição de investimentos e imobilizado	(334.953)	(1.027.818)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.624.491)	(3.406.607)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Acréscimo do patrimônio social – loja	-	1.000
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	-	1.000
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.455.815	462.553
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.154.683	7.692.130
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	10.610.498	8.154.683
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	2.455.815	462.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.


Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68


Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72


SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.
CRC-RJ 005.845/O-8

PRO CRIANÇA CARDÍACA

CNPJ 10.489.487/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E DE 2022

EM REAIS

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

O Pro Criança Cardíaca (“Entidade” ou “Associação”) é uma associação sem finalidade de lucro, beneficente, de assistência social e filantrópica, com âmbito de atuação nacional. Desta forma, as suas finalidades institucionais compreendem a realização das seguintes atividades:

- Promover o atendimento e tratamento médico, cirúrgico, odontológico, psicológico, nutricional e assistencial gratuito para crianças e adolescentes carentes portadores de cardiopatia;
- Promover, apoiar, favorecer e divulgar atividades de assistência social, visando à proteção da infância e adolescência, através do desenvolvimento de projetos de caráter social; inclusive apoiando as famílias das crianças e adolescentes atendidos pela Associação.

A Associação possui filial na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, na Rua Dona Mariana nº 220 – Mezanino, Botafogo, CEP 22280-020, com o objetivo de viabilizar a venda de produtos do Pro Criança Cardíaca, sejam de fabricação própria ou de parcerias colaborativas, como atividade meio da Associação com a finalidade de arrecadação de fundos para a sua sustentabilidade e cumprimento do objeto social, podendo tal filial atuar em atendimento presencial e/ou via e-commerce.

1.1) Continuidade dos Serviços Hospitalares

Em 21 de dezembro de 2018, a Entidade celebrou o contrato de locação do imóvel onde se instala a unidade de negócio Hospital Pediátrico Pro Criança – Jutta Batista (Hospital); tendo como parte relacionada na transação a empresa Hospitais Integrados da Gávea – Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D’Or São Luiz S.A (RDSL).

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com início em 01 de março de 2019 e término em 28 de fevereiro de 2034.

Considerando os valores pactuados neste instrumento, a Entidade mantém a sua capacidade de atividades de serviços de saúde, em sua unidade ambulatorial, integralmente gratuitos para os seus beneficiários. Ademais, para os beneficiários que necessitam de cirurgias cardíacas, a pactuação permite também a realização de procedimentos cirúrgicos e exames relacionados, no Hospital, em parte financiados pela CSV.

O contrato de locação do imóvel e de cessão de ônus para exploração econômica do Hospital garante a sustentabilidade econômica de longo prazo da Entidade.

1.2) Abertura filial (Loja)

Em 16 de novembro de 2021, a Entidade obteve a regularização de sua filial, ficando apta e em conformidade para passar a operar no comércio varejista, vendendo produtos da própria Entidade e/ou de parceiros com a renda revertida integral ou parcialmente para o Projeto. A operação efetiva teve início em 08 de março de 2022.

As vendas concentram-se em um quiosque localizado no mezanino do Hospital Pro Criança Jutta Batista, além de ocorrerem em menor proporção também na sede da Entidade e em eventos beneficentes ou solidários aos quais o Pro Criança é convidado a expor seus produtos. A abertura da filial constitui-se parte essencial do planejamento estratégico traçado pela Administração para valorizar a marca da Entidade e ampliar seu poder de captação, junto às empresas e possíveis novos doadores.



2 – BASE PARA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Base de Preparação

Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade n°. 2015/ITG2002(R1), que aprovou a interpretação técnica ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins de lucros e NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

A Administração da Entidade autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras em 7 de junho de 2024.

2.2) Base de Mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras apresentadas a valor justo por meio do resultado. As propriedades para investimento são mensuradas a valor justo.

2.3) Moeda funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do ambiente econômico onde a Entidade atua.

2.4) Uso de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras consideraram fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras, que são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- (a) Estimativa das vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade;
- (b) Análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, como estimativas de probabilidade de perdas para contingências;
- (c) Estimativa de valorização dos atendimentos ambulatoriais; e
- (d) Estimativa de valorização dos trabalhos voluntários ao valor justo.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.5) Reapresentação das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas

Atendendo aos requisitos da NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para pequenas e medias empresas – Seção 10 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, a Empresa prepara a reapresentação e reclassificação retrospectiva das demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2022, que estão identificadas com a nomenclatura “Reapresentado”. No exercício de 2023, a Entidade realizou um levantamento de suas correções, conforme abaixo:



	<u>REF</u>	<u>2022</u> <i>(Apresentado anteriormente)</i>	<u>Ajuste</u>	<u>2022</u> <i>(Reapresentado)</i>
Ativo				
Circulante		8.381.868	-	8.381.868
Não circulante				
Títulos e valores mobiliários		21.942.847	-	21.942.847
Depósitos Judiciais		249.046	-	249.046
Propriedade para investimento Imobilizado	(a)	40.007.625	9.653.680	49.661.305
(-) Depreciação acumulada		3.133.644	-	3.133.644
		<u>(1.046.559)</u>	<u>-</u>	<u>(1.046.559)</u>
		64.286.603	9.653.680	73.940.283
Total do ativo		72.668.471	9.653.680	82.322.151
	<u>REF</u>	<u>2022</u> <i>(Apresentado anteriormente)</i>	<u>Ajuste</u>	<u>2022</u> <i>(Reapresentado)</i>
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante		1.251.652	-	1.251.652
Não Circulante		26.985	-	26.985
Patrimônio Social	(b)	71.389.834	(9.653.680)	81.043.514
Total do passivo e patrimônio líquido		72.668.471	(9.653.680)	82.322.151
	<u>REF</u>	<u>2022</u> <i>(Apresentado anteriormente)</i>	<u>Ajuste</u>	<u>2022</u> <i>(Reapresentado)</i>
Receita Líquida		8.399.684	-	8.399.684
Custos dos serviços prestados e atividades		(8.476.472)	-	(8.476.472)
(=) Déficit Bruto		(76.788)	-	(76.788)
Despesas operacionais		(4.298.420)	-	(4.298.420)
Outras receitas operacionais		5.535.544	-	5.535.544
(=) Superavit antes do resultado financeiro		1.160.336	-	1.160.336
Resultado financeiro líquido		3.300.519	-	3.300.519
Outras receitas e despesas		(37.855.640)	9.653.680	(28.201.960)
Resultado no ajuste a valor justo	(a)	(37.549.384)	9.653.680	(27.895.704)
Resultado na alienação de imóveis		(347.979)	-	(347.979)
Resultado na reversão de contingências		41.723	-	41.723
(=) Déficit do exercício		(33.394.785)	9.653.680	(23.741.105)

(a) Saldo ajustado na conta de propriedade para investimento e ajuste a valor justo, em função do recálculo realizado pela Administração.

(b) Efeito no patrimônio líquido do ajuste mencionado anteriormente.



3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras e seguiram os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

3.1) Regime de Competência

As receitas e as despesas são devidamente reconhecidas, respeitando-se o regime contábil de competência. O Princípio da Competência determina que os efeitos das transações e outros eventos sejam reconhecidos nos exercícios a que se referem, independentemente do recebimento ou pagamento, pressupondo a simultaneidade da confrontação de receitas e de despesas correlatas.

3.2) Segregação de Atividades

As contas de receitas e despesas, com e sem gratuidade, superávit ou déficit, são reconhecidas e apresentadas considerando a segregação de atividades, no que couber.

3.3) Caixa e Equivalentes de Caixa

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são mantidas com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa apenas quando possui vencimento de curto prazo, de cerca de três meses ou menos da data de aquisição.

Ao final de cada período de referência, a Entidade avalia suas aplicações financeiras pelo valor justo e reconhece as mudanças no valor justo no resultado.

3.4) Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros da Entidade são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 4) e títulos e valores mobiliários (nota explicativa nº 5). Os passivos financeiros da Entidade estão substancialmente representados por fornecedores (nota explicativa nº 8).

A Entidade reconhece um ativo ou um passivo financeiro somente quando tornar-se parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo ou um passivo financeiro é avaliado pelo custo da operação, a menos que o acordo constitua, de fato, uma transação financeira. Uma transação financeira pode acontecer em conexão com a venda de bens e serviços, por exemplo, se o pagamento é postergado além dos termos comerciais normais ou é financiada a uma taxa de juros que não é a de mercado.

3.5) Propriedades para Investimentos

As propriedades para investimentos, cujo valor justo pode ser avaliado de forma confiável, sem custo ou esforços excessivos, são avaliadas ao valor justo a cada ano com as alterações no valor justo reconhecidas no resultado.

3.6) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários (fundos de investimentos) representam aplicações financeiras com utilização restrita e de longo prazo. Tal medida foi tomada com foco na gestão financeira, para constituir e preservar uma reserva de fundos, para lastro em uso de situações operacionais difíceis ou novos investimentos.





PRO CRIANÇA
CARDÍACA

3.7) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas e leva em consideração vida útil e utilização dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

3.8) Redução ao Valor Recuperável

Em cada data de divulgação, a Entidade aplica o teste de revisão do valor recuperável, para determinar se um item ou um grupo de itens do ativo imobilizado está desvalorizado e, nesse caso, como reconhecer e mensurar a perda pela redução ao valor recuperável do ativo.

3.9) Provisões

Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

3.10) Apuração do Resultado do Exercício

O valor do superávit ou déficit é incorporado ao Patrimônio Social e; ainda, o superávit, ou parte de que tenha restrição para aplicação, é reconhecido em conta específica do Patrimônio Social.

3.11) Receitas de Doações

As receitas de doações são variáveis, não existindo um compromisso firmado entre as partes do valor a ser doado e normalmente variam em função do nível de assistência que o doador está disposto a oferecer à instituição. Desta forma, estas receitas são apenas reconhecidas quando a certeza de sua realização, ou seja, são reconhecidas apenas quando do seu recebimento.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

3.12) Serviços Voluntários Obtidos

O trabalho voluntário, inclusive de membros integrantes dos órgãos da administração e seus conselheiros, no exercício de suas funções, deve ser reconhecido pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

3.13) Renúncia Fiscal – Imunidade e Isenções Fiscais Usufruídas

A renúncia fiscal relacionada com a atividade é evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse.

A isenção é um tipo de subvenção governamental. Assim como os tributos são despesas reconhecidas na demonstração do resultado, o registro da subvenção governamental que é, em essência, uma extensão da política fiscal, como receita na demonstração do resultado.

A imunidade fiscal (CF, art. 150) ocorre de maneira tácita, pela caracterização de Entidade sem fins lucrativos. Portanto não havendo a obrigação presente pelo alcance da tributação; o reconhecimento contábil não é efetuado para os impostos afastados pela imunidade fiscal.

3.14) Gratuidades

O benefício concedido como gratuidade por meio dos atendimentos médicos, é reconhecido pelo valor do custo efetivamente incorrido. Da mesma forma, é mensurado ao custo, o benefício reconhecido como gratuidade obtida por meio de procedimentos hospitalares realizados.

4 – CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Caixa	4.148	399
Banco conta movimento	50.021	38.804
Aplicações financeiras	10.556.329	8.115.480
Total	10.610.498	8.154.683

As aplicações financeiras da Entidade estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e são resgatáveis em prazo inferior a 90 dias da data das respectivas operações.

A Entidade tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha, as quais são remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

5 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em 2019, a Administração remanejou seus excedentes de caixa para um fundo de carteira de investimento, diversificando suas aplicações financeiras.

A Entidade reavaliou sua carteira de investimentos administrada pela JGP Wealth Management, durante o exercício de 2023. Visando melhores rendimentos, esta reavaliação não implicou na redução de liquidez dos investimentos. Visando melhores resultados e a análise do investimento, em 2022 esta carteira foi considerada como fundo de investimento de longo prazo, decisão mantida em 2023.

A carteira é segregada conforme a seguinte composição:

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Renda Fixa	17.021.400	14.814.004
Multimercado	5.517.303	5.033.100
Carteira Oportunística	734.215	993.615
Long Short	736.072	722.194
Renda Variável	597.182	383.865
Outros	(3.787)	(3.931)
Total	24.602.385	21.942.847
Circulante	-	-
Não Circulante	24.602.386	21.942.847



6 – PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS

As propriedades para investimento são compostas pelos imóveis destinados a geração de renda de aluguéis.

A Administração observa a seguinte hierarquia para estimar o valor justo:

A melhor evidência do valor justo é o preço cotado para ativo idêntico em mercado ativo. Este normalmente é o preço de compra corrente.

Quando os preços cotados estão indisponíveis, o preço de transação recente para ativo idêntico fornece evidência de valor justo, enquanto não houver mudanças significativas nas circunstâncias econômicas ou significativo decurso de tempo desde a ocorrência da transação. Se a Entidade pode demonstrar que o preço da última transação não é uma boa estimativa do valor justo (por exemplo, porque reflete o valor que a Entidade pode receber ou pagar em transação forçada, liquidação involuntária ou venda por dificuldade), ajusta-se o preço.

Se o mercado para o ativo não está ativo e as transações recentes envolvendo ativo idêntico por si só não são uma boa estimativa de valor justo, a Entidade estima o valor justo utilizando uma técnica de avaliação. O objetivo de usar uma técnica de avaliação é estimar qual seria o preço da transação na data da avaliação em uma troca entre partes não relacionadas, motivadas por considerações normais de negócios.

Todos os ativos reconhecidos como propriedades para investimentos nestas demonstrações, estão estimados pelo valor justo utilizando técnica de avaliação suportada por laudo interno.

Descrição	2022	(+/- Ajuste a Valor Justo)	(+/- Adições e Exclusões)	2023
	<i>(Reapresentado)</i>			
Imóveis – próprios	2.086.912	202.628	(1.604.510)	685.030
Imóvel - Hospital	47.569.632	(2.910.430)	-	44.659.202
Outros	4.761	-	-	4.761
Total	49.661.305	(2.707.802)	(1.604.510)	45.348.993

A exclusão refere-se à venda do imóvel recebido em inventário, do imóvel localizado na avenida Rua Nascimento Silva (Rio de Janeiro, RJ) em fevereiro de 2023 e outro localizado na Rua Voluntários da Pátria (Rio de Janeiro, RJ) em abril de 2023.

7 – IMOBILIZADO

Em 2023, ocorreram a seguintes movimentações nos ativos imobilizados.

	2022	Adições	Baixas	(-) Depreciação Acumulada	2023
Terrenos	1.379.261	-	-	-	1.379.261
Imóveis	300.383	306.850	-	(41.775)	565.458
Instalações	8.625	-	-	(2.492)	6.133
Máquinas e equipamentos	7.905	-	-	(1.364)	6.541
Equipamentos de informática	28.310	19.446	-	(43.761)	3.995
Equipamentos de comunicação	5.490	-	-	(1.593)	3.897
Móveis e utensílios	10.975	1.133	-	(10.975)	1.133
Equipamentos médicos	346.136	7.524	-	(3.255)	350.405
Total	2.087.085	334.953	-	(105.215)	2.316.823

A seguir, destacamos o montante de depreciação, reconhecida em 2023, para cada classe de imobilizado:

<u>(-) Depreciação acumulada</u>	<u>Taxa Anual %</u>	<u>Depreciação 2023</u>
Imóveis	4	(41.775)
Instalações	10	(2.492)
Máquinas e equipamentos	10	(1.364)
Equipamentos de informática	20	(43.761)
Equipamento de Comunicação	20	(1.593)
Móveis e utensílios	10	(10.975)
Equipamentos médicos	6,67	(3.255)
		(105.215)

7.1) Revisão da Vida Útil

Na alocação do valor depreciável dos itens de ativo imobilizado, a determinação da vida útil foi revisada, considerando os seguintes fatores:

- Uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade esperada do ativo ou na produção;
- Desgaste e quebra física esperada, que depende de fatores operacionais, como, por exemplo, o número de turnos para os quais o ativo é utilizado, programas de reparo e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;
- Obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo; e
- Limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados.

7.2) Teste de Redução ao Valor Recuperável

A Entidade avaliou a existência de qualquer indicação de que um ativo imobilizado possa estar desvalorizado e não encontrou indicação que se aplicasse ao caso.

8 – FORNECEDORES

(*) Referem-se as internações e aos procedimentos invasivos necessários aos pacientes da Entidade, realizados no Hospital Pro Criança Jutta Batista, os quais excedem à cota de gratuidade prevista no contrato atípico celebrado entre a Entidade e a Clínica São Vicente (CSV). Estes procedimentos são faturados mensalmente, respeitando os menores preços praticados pela Rede D'Or São Luiz S.A (RDSL) na referida unidade hospitalar e pagos pela Entidade em até 90 dias.

<u>Descrição</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Procedimentos Hospitalares a Pagar (*)	749.349	787.318
Fornecedores a Pagar	115.668	28.566
Cartão de crédito a Pagar	-	19.865
Outras contas a pagar	-	3.849
Total	865.017	839.598



9 – CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS

Em 2023, a Entidade avaliou os seus riscos contingenciais, com base em fundamentos das jurisprudências já existentes. A avaliação de risco tem objetivo classificá-los da melhor forma, de acordo com as chances de ocorrência de sua exigibilidade, dentre as seguintes alternativas de classificação: prováveis, possíveis e remotas.

As contingências cujos riscos de perda são classificados “prováveis” são integralmente reconhecidas no passivo.

Com base na opinião de seus consultores jurídicos, julgamos que há uma causa trabalhista – oriunda da época da gestão do Hospital – com montante a ser reconhecido como perda em processos judiciais em 31 de dezembro de 2023.

Descrição	2023	2022
Causas Trabalhistas	31.934	11.985
Causas Cíveis	15.000	15.000
Total	46.934	26.985

Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 não havia valores classificados como possíveis de perdas, para fins de divulgação.

10 – PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social da Entidade é composto dos superávits e déficits acumulados das atividades correntes da Entidade, os quais são integralmente aplicados na manutenção de seus objetivos sociais.

11 – RECEITAS DE ARRENDAMENTO

Em 01 de março de 2019, iniciou-se o contrato de arrendamento do imóvel do Hospital; tendo como parte relacionada a Clínica São Vicente (CSV), integrante do grupo econômico da Rede D’Or São Luiz S.A (RDSL).

O contrato de locação tem vigência de 15 (quinze) anos, com término previsto em 28 de fevereiro de 2034.

No exercício de 2023, a Entidade auferiu o total de R\$ 5.083.312 (R\$ 4.802.687 em 2022), referente à receita decorrente deste contrato.

12 – CUSTOS DOS SERVIÇOS E ATIVIDADES

12.1) Gratuidades Concedidas

A mensuração das ações de gratuidades no âmbito da saúde é reconhecida pelo valor do custo praticado.

12.2) Custos da Entidade

Os custos da Entidade se caracterizam pela apropriação integral de todos os gastos (custos diretos, indiretos e despesas operacionais) aos serviços, conforme método de custeio integral. Estes passam a ter um custo total, pois, além dos custos diretos, absorvem também todos os gastos como custos indiretos.

Através do sistema de centros de resultado implantado na Entidade, é possível segregar todos os gastos da sede, isolando especificamente aqueles que se referem efetivamente a atividade fim da Entidade, possibilitando classificá-los como Custo, tais como:

- Consumo de medicamentos, órteses, próteses e materiais especiais;
- Consumo de gêneros alimentícios aplicados na elaboração de refeições dos pacientes;
- Materiais utilizados em exames e no serviço de apoio à diagnose e terapia;
- Valor de honorários médicos vinculados aos atendimentos e procedimentos realizados; e
- Outros valores aplicados em atividades destinadas a assistência social de pacientes.

12.3) Segregação do Custo de Pessoal e com Assistência Social

Através da implantação dos controles por Centro de Resultado, em 2023 foi possível apurar com maior clareza o Custo com Pessoal e com Assistência Social, anteriormente reconhecidos na rubrica Serviços Hospitalares e Ambulatoriais Gratuitos, compondo-se da seguinte forma:

Descrição	2023	2022
Custo com pessoal	1.880.978	798.334
Serviços hospitalares e ambulatoriais gratuitos	4.352.997	4.699.551
Assistência social	10.506	245.217
Total	6.244.481	5.743.102

13 – SERVIÇOS VOLUNTÁRIOS DOS DIRIGENTES ESTATUTÁRIOS

A mensuração do serviço voluntário obtido, junto aos membros da diretoria estatutária, considera os mesmos critérios trazidos pela Lei 12.868/2013, prevendo a possibilidade de remuneração bruta num montante até 70% do limite estabelecido para a remuneração de servidores do Poder Executivo Federal.

Descrição	Mensal	2023
Diretora Presidente	20.531	246.373
Diretor Administrativo-Financeiro	28.743	344.913
Serviços voluntários – PJ	28.344	340.132
Total	77.618	931.418

14 – OUTRAS RECEITAS E OUTRAS DESPESAS

Descrição	2023	2022
Resultado no ajuste a valor justo	(2.707.802)	(27.895.704)
Resultado na alienação de imóveis	(234.510)	(347.979)
Resultado na reversão de contingências	(19.949)	41.723
Total	(2.962.261)	(28.201.960)

15 – CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

Em 27 de dezembro de 2019, o Ministério da Saúde - MS indeferiu o pedido de renovação do CEBAS para o período compreendido entre 28 de janeiro de 2019 a 27 de janeiro de 2022.

No entanto, considerando as conclusões apresentadas no PARECER TÉCNICO Nº 774/2019-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, a Entidade protocolou tempestivamente o recurso administrativo solicitando a reconsideração por parte da análise técnica do MS. Até o momento desta apresentação, não houve decisão sobre o recurso administrativo interposto.

Considerando que o requerimento de renovação da certificação foi protocolado no prazo previsto no §1º do art. 24 da Lei nº 12.101, de 2009, os efeitos do indeferimento passaram a contar a partir da data de publicação da decisão no Diário Oficial da União, segundo determina o art. 6º, inciso II, do Decreto 8.242/2014.

Conforme avaliação dos advogados da Entidade, a chance de perda do processo de renovação do CEBAS (na medida em que a discussão está diretamente relacionada com o juízo de valor acerca dos documentos apresentados nos autos do processo) quanto em eventual discussão que tenha por objeto o direito da Entidade à imunidade das contribuições sociais é classificado como possível.

Segundo o mesmo, “o processo administrativo de renovação do CEBAS não representa, por si só, uma contingência para o Pro Criança. No entanto, como a legislação ‘exige’ que a entidade seja portadora do CEBAS

A única Lei Complementar que traz requisitos para o gozo da imunidade tributária é o Código Tributário Nacional.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), onde demonstram:

- Não distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título (art. 12 do Estatuto Social);
- Aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (art. 5º do Estatuto Social); e
- Manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (art. 40 do Estatuto Social).

17 – COBERTURA DE SEGUROS

A Entidade mantém apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Os seguros têm por objetivo reembolsar, até o limite máximo da importância segurada das quantias pelas quais o Segurado vier a ser o responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado de modo expreso pela Seguradora, relativas às reparações por danos involuntários pessoais e/ou materiais causados a terceiros, ocorridos durante a vigência deste contrato e que decorram de riscos cobertos.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Entidade que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

18 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Entidade foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e equivalem ao seu valor contábil.

Os principais instrumentos financeiros da Entidade são:

- Caixa e equivalentes de caixa – apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao valor justo;
- Títulos e valores mobiliários – apresentados ao seu valor contábil, que equivale ao valor justo; e
- Contas a pagar – registrados pelos valores originais, acrescidos da atualização monetária aplicável.

Não existem operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.

19 – COMPROMISSOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

Os registros contábeis e as operações estão sujeitos aos exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições, durante prazos prescricionais variáveis, consoante à legislação aplicável.

20 – EVENTOS SUBSEQUENTES





PRO criança
CARDÍACA

Em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade, a administração da Entidade fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.

Rosa Célia Pimentel Barbosa
Diretora-Presidente
CPF: 174.489.487-68

Paulo César do Rego Monteiro
Diretor Administrativo-Financeiro
CPF: 007.572.257-72

**SEED ACC Consultoria Contábil
e Tributária Ltda.**
CRC-RJ 005.845/O-8